



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 176, DE 2009** (nº 743/2009, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia.

Os méritos da Senhora Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de setembro de 2009.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande letra inicial 'H' e uma assinatura fluida que se estende para a direita.

Brasília, 28 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Samuel Pinheiro Guimarães Neto

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT

CPF.: 102.382.471-04

ID.: 7058/MRE

1954 Filha de Leny Corrêia de Azevedo, nasce em 20 de dezembro, em Aimorés/MG
1983 CPCD - IRBr
1983 Administração de Empresas pela Universidade de Brasília/DF
1984 Terceira Secretária em 11 de dezembro
1985 Divisão do Patrimônio, assistente
1987 Embaixada em laundê, Terceira Secretária em missão transitória (12 meses)
1988 Embaixada em laundê, Terceira e Segunda Secretária
1989 Segunda Secretária em 15 de dezembro
1990 Consulado-Geral em Milão, Cônsul-Adjunta e Chefe do SECOM
1993 CAD - IRBr
1994 Divisão da América Meridional II, assistente
1995 Licença para Tratar de Interesses Particulares
1997 Divisão do Pessoal, assistente
1998 Seção de Assuntos Previdenciários e Sociais, Chefe, Substituta
1998 Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Subchefe
2000 Primeira Secretária em 28 de junho
2000 Embaixada em Maputo, Primeira Secretária em missão transitória (11 meses)
2001 Embaixada em Lisboa, Primeira Secretária em missão transitória
2001 Embaixada em Lisboa, Primeira Secretária
2005 Embaixada em Porto Príncipe, Primeira Secretária e Conselheira
2005 Conselheira em 28 de dezembro
2007 Missão junto à ONU, Nova York, Conselheira
2008 CAE - IRBr, A vertente linguística da globalização: a língua portuguesa e os impactos lingüísticos decorrentes dos processos de integração econômica.
2008 Ministra de Segunda Classe em 18 de dezembro.



DENIS FONTES DE SOUZA PINTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA-III

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA FEDERAL DA ETIÓPIA
(PAÍS SEDE DA UNIÃO AFRICANA)

Brasília, julho de 2009

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA FEDERAL DA ETIÓPIA

CAPITAL:	Adis Abeba, 3.438.000 habitantes (est. 2008)
ÁREA:	1.221.900 km ²
POPULAÇÃO:	85.237.338 (est. 2008)
IDIOMAS:	Amárico, Tigrina, Oromigna, Guaragigna, Somali, Árabe e outras línguas locais, além do Inglês. Amárico é o idioma mais utilizado.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islâmica (45-50%), Cristã ortodoxa etíope (35-40%), animistas (12%) e outros (3-8%)
SISTEMA POLÍTICO:	República Federativa Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Girma Wolde-Giorgis
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Meles Zenawi
CHANCELER:	Ministro Seyoum Mesfin
PIB (2008):	nominal – US\$ 25,08 bilhões; PPP – US\$ 66,29 bilhões.
PIB PER CAPITA (2008):	nominal – US\$ 302; PPP – US\$ 800.
UNIDADE MONETÁRIA:	birr
VISITAS (desde 2003):	Ministro Celso Amorim (março/2005)

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ MIL FOB)

Brasil - Etiópia	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (jan-mai)
Intercâmbio	13.227	8.237	23.215	35.512	54.597	37.446	32.943	12.745
Exportações	13.206	8.215	22.848	35.372	54.554	37.409	32.913	12.733
Importações	21	22	367	140	43	37	31	12
Saldo	13.185	8.193	22.481	35.232	54.511	37.372	32.882	12.721

POLÍTICA INTERNA

O fracasso do regime imperial de Hailé Selassié em lidar com os problemas da Etiópia tornou-se evidente com a seca de 1973, quando se calcula que cerca de 300 mil pessoas tenham morrido de inanição. Incontáveis acusações de corrupção, além da incapacidade do Governo de reverter a crise econômica, conduziram o regime a seus limites máximos de impopularidade. Em fevereiro de 1974, greves generalizadas na capital e rebeliões nas Forças Armadas forçaram a renúncia do Primeiro-Ministro Aklilu Wold, no cargo desde 1961.

Sua substituição, acompanhada de promessas de reforma e de aumento dos vencimentos dos militares, não foi suficiente para deter a derrocada do regime. Em junho, o recém-criado "Comitê de Coordenação das Forças Armadas" prendeu Ministros de Estado, figuras da aristocracia e políticos influentes. Em setembro, o Imperador foi deposto, vindo a morrer menos de um ano depois. Assumiu o poder um governo militar, controlado pelo Conselho Administrativo Militar Provisório (PMAC) ou "Dergue", nome amárico para "comitê", integrado por 120 membros egressos das Forças Armadas.

Após período de conflitos internos, que culminou no assassinato do Presidente do Conselho e Chefe de Estado, General Aman Andon, o Dergue consolidou-se na vanguarda da revolução e, por influência de intelectuais de esquerda retornados do exílio, anunciou, em dezembro de 1974, sua opção pelo modelo socialista. Dois meses depois, mais de cem companhias estrangeiras foram nacionalizadas ou parcialmente ocupadas. Após longo debate interno, o Dergue optou pela linha marxista-leninista adotada pelo All Ethiopia Socialist Movement ou "Me'ei Sone", partido apoiado pelo Vice-Presidente, Coronel Mengistu Hailé Mariam, favorável à manutenção do regime militar.

Em consequência, o também socialista Partido Revolucionário do Povo da Etiópia (EPRP), que defendia o estabelecimento de governo popular civil, bem como a eventual independência da Eritreia, passou para a oposição. No final de 1976, o Dergue iniciou campanha de repressão contra o EPRP, ocasionando o alastramento da violência pelo país. A deterioração da situação política levou o regime a lançar ofensiva total contra o EPRP, dando início ao período conhecido como "terror vermelho". Em fevereiro de 1977, após eliminar a

dissidência interna no Dergue, contrária ao endurecimento do regime, Mengistu assumiu a Presidência e intensificou a repressão.

Com a eliminação do EPRP, a oposição refugiou-se em Tigray, região Norte do país, estabelecendo a Frente de Libertação do Povo do Tigray (TPFL), que se aliou aos separatistas eritreus e passou à luta de guerrilha contra o Governo Mariam. Enquanto isso, o PMAC procurava consolidar a revolução socialista, mediante a criação, em 1984, do Partido dos Trabalhadores da Etiópia, modelado no Partido Comunista soviético. Em 1987, foi promulgada nova Constituição, instituindo a República Democrática da Etiópia. A partir de 1989, o afastamento do aliado soviético resultou no progressivo enfraquecimento do regime. As forças rebeldes de Tigray (TPFL), incorporadas à Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia (EPRDF) e aliadas aos separatistas da Eritreia, passaram então a obter vitórias sucessivas e lançaram ofensiva decisiva em 1991.

Em maio, conquistaram Adis Abeba e assumiram o poder, estabelecendo Governo de transição liderado pelo comandante do TPFL, Meles Zenawi. Mengistu refugiou-se no Zimbábue, onde se encontra até hoje. Foi julgado à revelia pela justiça etíope e condenado, em 2006, pelo crime de genocídio.

Em julho de 1991, durante conferência de paz patrocinada pelos EUA e Reino Unido, acordou-se a independência da Eritreia, formalizada mediante referendo em 1993. O Governo de transição empreendeu reformas econômicas com o objetivo de restabelecer uma economia de mercado e reintegrar o país à economia mundial. No plano político, iniciou processo de descentralização, concedendo maior autonomia às regiões administrativas do país. Em 1992, realizaram-se eleições para as assembleias e governos locais, com ampla vitória do EPRDF. Em junho de 1994, estabeleceu-se Assembleia Constituinte, que elaborou a nova Constituição, promulgada em agosto de 1995.

Nas eleições de maio de 2005, a frente governamental obteve vitória nas eleições legislativas e Meles Zenawi logrou manter-se como Primeiro-Ministro, cargo que exerce até hoje. Embora o pleito tenha ocorrido em ambiente pacífico, houve denúncias de fraude por parte da oposição, que aumentou sua participação no Parlamento, conquistando 171 das 547 cadeiras. Durante boa parte da campanha, parecia provável que a oposição vencesse as eleições. As manifestações de rua contrárias ao resultado foram duramente reprimidas e acarretaram dezenas de mortes. Os representantes de oposição recusaram-se a assumir os assentos conquistados. A insatisfação generalizada com o Governo levou a manifestações de

massa em diversas cidades e, em novembro de 2005, havia em torno de 20.000 pessoas presas em razão dos protestos de rua.

A prisão de praticamente toda a cúpula oposicionista e de líderes com supostas conexões com atos terroristas foi duramente criticada por organizações de direitos humanos e por países ocidentais. Desde 2006, diversos dos presos vêm sendo “perdoados” pela Justiça etíope, mas muitos ainda estão encarcerados.

Em abril de 2007, a Frente Nacional de Liberação do Ogaden (território oriental da Etiópia, de composição étnica majoritariamente somali) praticou atentado contra campo de exploração de petróleo de empresa chinesa, matando 77 pessoas, entre as quais 9 cidadãos chineses. A ação motivou forte ofensiva governamental contra os irredentos do Ogaden. Após a retirada das tropas etíopes da Somália, em 2008 (ver “Política Externa”), houve relatos, desmentidos pelo Governo, de que foram retomados os combates entre forças oficiais e rebeldes daquela região oriental etíope, o que levou à persistência de atentados terroristas durante o ano de 2008. Em Adis Abeba, foram executados, apenas no primeiro semestre, três ataques a bomba: dois contra postos de combustíveis e um contra microônibus de transporte de passageiros, que provocaram a morte de oito pessoas. Segundo o Governo, que prendeu oito suspeitos, os responsáveis pelos atentados seriam a Frente de Libertação Oromo (OLF) e a Frente Nacional de Libertação do Ogaden, que, segundo Adis Abeba, contariam com o patrocínio da Eritreia. Em setembro, novo atentado em loja no principal mercado da capital etíope vitimou fatalmente quatro pessoas, ferindo duas dezenas. Na cidade de Jijiga, capital da região Somali da Etiópia, atentado em hotel causou mais quatro mortes e diversas vítimas feridas, em outubro de 2008. Em reação, o Governo prendeu alegados líderes terroristas ligados à OLF.

Atualmente, com o desmantelamento das forças de oposição que se seguiu às eleições de 2005, o partido governista não tem oposição institucionalmente organizada que possa ameaçar seu controle sobre todas as esferas de Governo até as eleições marcadas para maio de 2010.

POLÍTICA EXTERNA

Jamais tendo sido colonizada por uma potência européia, a Etiópia tem rica tradição diplomática, que remonta aos tempos do Imperador Menelik-II. Ocupada pela Itália entre

1936-41 e posteriormente envolvida em confrontos com o separatismo eritreu e a Somália, a Etiópia tem adotado uma política externa pragmática, voltada para a preservação de sua integridade territorial. O país sempre privilegiou o relacionamento com parceiros dispostos a contribuir mediante ajuda econômica ou militar.

Durante o reinado de Hailé Sélassié (1930-74), o país inseria-se nitidamente no Bloco Ocidental, mantendo relacionamento privilegiado com os EUA. O golpe de estado de 1974, com o estabelecimento de regime ditatorial de inspiração socialista, marcaria o início de um processo de afastamento progressivo do Bloco Ocidental.

A partir de 1977, com a tomada do poder pelo Coronel Mengistu Mariam e as violações dos direitos humanos perpetradas em seu regime, as relações com os EUA tornaram-se mais frias, com redução gradual da ajuda econômica e suspensão da cooperação militar. No mesmo ano, tropas da Somália invadiram a região etíope do Ogaden, considerada pelo Governo somali como parte do seu território. A União Soviética, que procurava consolidar sua esfera de influência na região e até então sustentava o regime da Somália, passou a apoiar a Etiópia, que se tornou o principal aliado de Moscou no chifre da África. Graças à ajuda militar soviética e cubana, a invasão somali foi repelida, passando o Dergue a concentrar esforços no combate ao separatismo eritreu e aos movimentos rebeldes contrários ao regime.

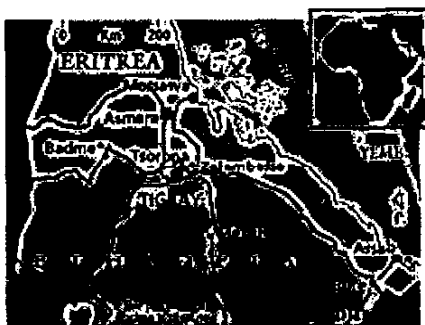
A Etiópia permaneceria na órbita soviética até o final da década de 80, quando a Glasnost de Gorbatchev e a subsequente dissolução da URSS determinariam o fim da parceria estratégica entre os dois países. A deposição do regime de Mengistu, em 1991, e a retirada da União Soviética da região ocasionaram nova mudança de rumo na política externa etíope, que voltou a privilegiar o relacionamento com os EUA, com a Etiópia transformando-se no maior beneficiário de ajuda bilateral norte-americana na África subsaariana. Durante o conflito com a Eritreia, entre 1998 e 2000, as relações entre Etiópia e EUA enfraqueceram-se novamente. Tal situação, entretanto, seria revertida a partir dos atentados de 11 de setembro, quando Adis Abeba tornou-se aliada chave na “guerra contra o terror” empreendida pelos Estados Unidos, em grande parte devido à sua proximidade estratégica com a Somália. Operações conjuntas nos planos militar e de inteligência foram intensificadas, como atestam os 1800 soldados etíopes e americanos aquartelados no Djibuti, no âmbito de força militar conjunta para o chifre da África. A invasão da Somália em 2006, com o objetivo de minar a

ação de forças islâmicas consideradas extremistas, ajudou a cimentar as relações com os Estados Unidos.

No âmbito regional, a Etiópia mantém relações tensas com a maioria dos países vizinhos. No caso da Somália, além do período de franca ocupação, foram frequentes até o ano passado incursões de tropas etíopes em território somali, à caça de guerrilheiros opositores ao Governo etíope, apoiados por facções islâmicas ativas na Somália. As relações com o Egito têm registrado desentendimentos sobre a utilização, pela Etiópia, das águas do Nilo Azul para projetos de irrigação e aproveitamento hidrelétrico. Em entrevista à BBC de Londres, em fevereiro de 2005, o Primeiro-Ministro da Etiópia criticou o adiamento, pela parte egípcia, da introdução de mudanças no Tratado da Bacia do Nilo, de 1929.

O relacionamento com o Sudão já foi tenso, com as autoridades de Cartum acusando Adis Abeba de apoiar a guerrilha do Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA), enquanto o EPRDF apontava envolvimento sudanês na tentativa de assassinar o Presidente egípcio Hosni Mubarak, durante sua visita a Adis Abeba em junho de 1995. No entanto, a guerra de 1998 com a Eritreia alterou a política relativa ao Sudão, para que este não se aliasse ao novo inimigo. Ao longo dos últimos anos, a diplomacia regional etíope se tem concentrado em estreitar laços com o Sudão e o Iêmen, a fim de isolar a Eritreia. Tanto os líderes do Sudão quanto do Iêmen afirmam, porém, que a aliança tripartite com a Etiópia não tem propósitos isolacionistas. As relações com o Djibuti, por outro lado, mostram-se cada vez mais fluidas, já que esse país proporciona à Etiópia seu único acesso ao mar.

O conflito Etiópia-Eritreia



Após quase três décadas de luta para obter a autonomia, a Eritreia tornou-se independente da Etiópia em 1993. A partir de 1990, a aliança estratégica entre o EPRDF e o movimento separatista eritreu foi fundamental para a derrubada do regime do Coronel Mengistu. Com a vitória e subsequente independência da Eritreia, Asmara e Adis Abeba passaram a manter ótimo relacionamento, sobretudo na esfera econômico-comercial, chegando inclusive a ter uma moeda comum. Em 1997, a Eritreia decidiu adotar moeda própria, o nafka, o que aumentou, consideravelmente, os custos das transações comerciais etíopes com o país vizinho, em especial no tocante à

utilização do porto eritreu de Assab, principal ponto de escoamento do comércio externo etíope. As tensões na esfera econômica faziam com que o relacionamento bilateral se deteriorasse rapidamente. Em maio de 1998, os dois países entraram em guerra, deflagrada por uma disputa fronteiriça. Não obstante a formação de comissão conjunta etíope-eritréia para a demarcação da fronteira e os esforços de mediação desenvolvidos por parte dos EUA e de Ruanda, a situação degenerou em conflito armado, com o deslocamento de tropas eritréias para a região de Badme.

Em junho de 1998, durante cúpula da então Organização da Unidade Africana (OUA) em Ougadougou, estabeleceu-se comitê de intermediação, que elaborou um plano de paz baseado em três pontos: a) desmilitarização da região contestada; b) introdução de uma força internacional de paz; e c) formação de um comitê neutro para a demarcação da fronteira. No entanto, a intransigência dos beligerantes, sobretudo no tocante às pré-condições para o cessar-fogo, impediu que se avançasse rumo à pacificação.

Durante o segundo semestre de 1998, a Etiópia começou a expulsar de seu território cidadãos de origem eritréia, medida reciprocada pelo Governo de Asmara. Em dezembro de 1998, cerca de 300 mil pessoas já haviam sido deslocadas apenas na região de Tigray, criando situação de catástrofe humanitária.

Em fevereiro de 1999, tropas etíopes retomaram a vila de Badme. Na ocasião, o Secretário-Geral da ONU lançou apelo para o término das hostilidades e a retomada das negociações de paz. Pela resolução SC-1227, de 10 de fevereiro de 1999, o Conselho de Segurança recomendou a todos os Estados membros suspender a venda de armamentos e munições para ambos os países conflagrados. Somente em dezembro de 2000, entretanto, com a ativa participação da então presidência de turno da OUA (Argélia), as negociações resultaram em acordo de paz assinado em Argel e saudado pela comunidade internacional – como no caso da Declaração Conjunta emitida naquele mês pelos Presidentes do Brasil e da África do Sul.

Em abril de 2001, foi formalmente estabelecida a Zona de Segurança Temporária entre a Etiópia e a Eritréia, monitorada pela missão de paz das Nações Unidas (UNMEE), que conta com quadros civis e militares de cerca de quatro mil integrantes. O principal objetivo da medida consistia em permitir o retorno dos moradores da região e a restauração da administração civil local. Estima-se que a guerra tenha ocasionado mais de cem mil mortos e cerca de quinhentos mil deslocados. A partir de então, outras iniciativas foram gradualmente

implementadas no âmbito do processo de paz, tais como a desminagem do terreno, a libertação de prisioneiros e a adoção de medidas de construção da confiança.

Uma das providências mais relevantes constitui a demarcação das fronteiras, que ainda se encontra pendente. Em abril de 2002, o Conselho de Segurança da ONU manifestou-se sobre o caráter final e obrigatório da sentença da Comissão Independente de Fronteiras relativa ao traçado a ser observado por ambas as partes, que se dispuseram a aceitar e respeitar tal decisão. A Comissão atribuiu à Eritreia a vila de Badme, cujo controle havia desencadeado o conflito, mas proporcionou à Etiópia ganhos substantivos ao longo da maior parte da fronteira.

Não obstante, a Etiópia levantou dificuldades para o cumprimento da decisão arbitral – julgada “ilegal, injusta e irresponsável”, segundo comunicado do Governo –, da qual ameaçou dissociar-se, em meados de 2003. Para Adis Abeba, a devolução de Badme à Eritreia seria “inaceitável”, o que se devia, em grande parte, segundo analistas, ao jogo interno de forças da política etíope. Tais atitudes terminariam por interromper tentativas de implementação da nova linha demarcatória entre os dois países, levando a um impasse. Adis Abeba recusava-se a aplicar a sentença da Comissão Independente de Fronteiras, buscando entendimentos diretos com Asmara (em dezembro de 2004, a Etiópia chegou a apresentar plano de cinco pontos destinado a facilitar o encaminhamento do processo de paz e centrado na aceitação, em princípio, da decisão arbitral). A Eritreia, por sua vez, negava-se a tomar parte em negociações bilaterais ou tentativas de mediação, desejando a implementação completa e imediata do veredicto.

Em novembro de 2006, a Comissão concedeu doze meses para que os dois lados resolvessem o conflito, sob pena de que a nova fronteira passasse a ser utilizada em mapas oficiais. O impasse, entretanto, persistiu até novembro do ano seguinte, quando o órgão cessou atividades e declarou cumprido seu mandato. Até a data corrente, o novo limite entre os dois países não foi demarcado, com Adis Abeba mantendo sua relutância em devolver Badme, enquanto Asmara se recusa a iniciar novas conversações sobre o tema. Embora tenha havido temores de uma nova escalada de agressões entre os dois países, a situação permanece estável.

O conflito Etiópia-Somália



Em dezembro de 2006, depois de meses de escalada nas tensões entre os dois países, a Etiópia invadiu a Somália, com o objetivo de dar suporte ao Governo Federal de Transição (TFG) em seu confronto com a União das Cortes Islâmicas (UIC). Ao longo desse ano, a UIC havia tomado controle de boa parte do sul da Somália, incluindo a capital Mogadíscio e o porto de Kismayo, deixando o TFG isolado em sua base em Baidoa. A invasão etíope foi rápida e bem sucedida. Derrotados após dez dias de batalha, os militantes da UIC foram, em grande parte, deslocados em direção à fronteira com o Quênia, havendo sido instalado em Mogadíscio o Governo Federal de Transição. O principal argumento de Meles Zenawi, Primeiro Ministro etíope, para justificar a intervenção, foi o de que seria impossível manter o diálogo com os islamitas somalis enquanto a Al-Qaeda e o grupo terrorista Al-Shabbab, apoiado pela Eritreia, continuassem operando na Somália.

O sentimento de vitória de Adis Abeba, entretanto, teve vida curta. O ano de 2007 testemunharia intensa guerra de guerrilha promovida pela UIC contra o Governo somali e tropas etíopes. O envio de forças estabilizadoras no contexto de formação da Missão da União Africana para a Somália (AMISOM) foi feito a ritmo muito menor que o desejado – dos 8000 soldados prometidos, apenas 3400 foram deslocados para a Somália até 2008 –, e, em consequência, a Etiópia teve de permanecer no *front* por tempo muito maior que o estabelecido, num reconhecimento tácito de que suas tentativas de estabilizar a Somália falharam.

Em outubro de 2008, a implementação dos acordos de paz entre o Governo Federal de Transição (TFG) e a frente oposicionista Aliança para a Relibertação da Somália (ARS) deu ensejo à retirada das tropas etíopes do país, pondo fim a uma ocupação que se havia tornado cada vez mais custosa para Adis Abeba em termos políticos, financeiros e humanos. Os acordos previam a saída gradual de forças militares, que seria completada até janeiro de 2009, o que de fato ocorreu, ficando a estabilização interna da Somália a cargo das forças da AMISOM.

Em maio deste ano, Forças ligadas à oposição armada ao TFG somali obtiveram ganhos militares que podem sinalizar deterioração na base de apoio à coalizão no poder. Ao mesmo tempo, ressurgiram boatos sobre incursões etíopes no território da Somália. Apesar dos desmentidos, não se pode descartar que efetivamente Adis Abeba esteja realizando incursões no território somali, provavelmente com a intenção de apoiar seus

aliados no Norte da Somália. Seria pouco crível, porém, que sejam mais do que intervenções pontuais, em função da recente retirada etíope.

ECONOMIA

Com produto interno bruto (PIB) nominal de aproximadamente US\$ 25 bilhões (2008), o que gera uma renda per capita nominal de pouco mais de US\$ 300, a Etiópia figura na relação dos países mais pobres do planeta. O analfabetismo atinge metade da população masculina e 77% da feminina. Na década de 1990, período em que o Governo etíope implementou reformas econômicas liberalizantes, a taxa média de crescimento anual do PIB manteve-se em torno de 5% (com a ressalva de que a economia informal representa parcela significativa das atividades econômicas do país). A guerra contra a Eritreia, entre 1998 e 2000, e a queda nos preços internacionais do café, nesse mesmo período, debilitaram a economia do país. Em 2003, o PIB recuou 3,9%. As exportações de café, historicamente o principal produto de exportação etíope, que atingiram o ápice de US\$ 420 milhões em 1998, declinaram, devido à deterioração dos termos de troca, para US\$ 156 milhões em 2003. Após 2004, contudo, condições climáticas favoráveis permitiram uma forte expansão da produção agrícola, responsável por cerca de metade do PIB. O crescimento do PIB foi de 12,3% em 2004, mantendo-se a taxas anuais entre 9 e 11% nos anos seguintes.

Em junho de 2009, o Governo da Etiópia anunciou que, nos 11 meses precedentes, a exportação de sementes oleaginosas – com destaque para o sésamo – totalizou US\$ 326 milhões, superando as exportações de café, que atingiram US\$ 321 milhões no mesmo período. A produção etíope de sementes oleaginosas ampliou-se em 59,5% em comparação com o ano anterior. Os principais compradores das sementes oleaginosas do país são China, Arábia Saudita e Sudão, enquanto o café da Etiópia tem como principais destinos a Alemanha, os Estados Unidos e a Arábia Saudita.

Os preços baixos do café têm estimulado muitos agricultores, principalmente na região sudeste do país, a recorrerem à produção de “khat”, droga estimulante muito difundida no leste da África, com valor de mercado muito superior ao do café. Amplamente consumido em países como Somália e Djibuti, o “khat” é vendido para diversos países ocidentais que legalizaram seu consumo, tais como o Reino Unido, que compra, diariamente, 1 tonelada da droga etíope. Em 2006, as exportações de “khat” etíope registraram US\$ 89 milhões.

A agricultura representa atualmente cerca de metade do PIB do país, responde por 70% das exportações e constitui fonte de emprego para 80% da população. Além de café e de sementes oleaginosas, destacam-se a produção de grãos para consumo interno e a criação de animais. Erosão do solo, falta de irrigação, escassez de fertilizantes e estrutura deficiente de transportes são alguns dos fatores que ocasionam recorrentes quedas de produtividade do setor, levando a Etiópia a depender da importação de alimentos, frequentemente sob a forma de ajuda humanitária.

O setor industrial representa 12% do PIB e se concentra em empresas estatais voltadas à produção de bens de consumo básico (bebidas, alimentos e têxteis), materiais de construção, plásticos e processamento de café e de peles animais. Está em curso processo de privatização, que atrai forte presença de empresários estrangeiros. O setor de serviços, responsável por 40% do PIB, apresenta altas taxas de crescimento, sobretudo nas atividades de comunicações e transportes. O Governo mantém bom relacionamento com as instituições financeiras internacionais.

A balança comercial tem apresentado déficits expressivos, como resultado do aumento da demanda por bens de capital e da inelasticidade do setor exportador, dependente do café e das peles animais. Em 2006, as exportações somaram US\$ 1,085 bilhão e as importações, US\$ 4,105 bilhões.

Alemanha, Arábia Saudita e Estados Unidos destacam-se entre os principais importadores de produtos etíopes. Os maiores fornecedores são Arábia Saudita, China e Índia. Os principais itens da pauta de importações são bens de consumo, maquinário, veículos e produtos farmacêuticos.

Analistas estimam que a economia etíope deva manter ritmo de crescimento anual igual ou superior a 7% nos próximos anos, em função da demanda sustentada por produtos agrícolas no mercado internacional. A inflação, que atingiu em julho de 2008 a taxa anual de 64,2% como resultado da elevação nos preços de petróleo e alimentos, recuou, em maio de 2009, para 14,2% anuais.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em maio de 1951, criou-se a Legação do Brasil junto ao Império da Etiópia, com sede no Cairo. Em 1956, a Embaixada do Brasil em Beirute passou a exercer ação cumulativa da

Legação, até então exercida pela Embaixada no Cairo. Nos anos 60, a representação foi elevada à categoria de Embaixada, passando a ter sua sede em Adis Abeba. Após seu fechamento, no final da década, restabeleceu-se o sistema de cumulatividade. No contexto da alta prioridade conferida pelo Governo Lula às relações com a África, a Embaixada em Adis Abeba foi reaberta em fevereiro de 2005, com o objetivo de fortalecer as relações do Brasil com a Etiópia e de promover o diálogo do Brasil com a União Africana (UA - órgão criado em 2002, com sede na capital etíope, como evolução da antiga Organização da Unidade Africana; vide, adiante, item sobre este assunto). Desde 2006, o Governo brasileiro vem examinando a possibilidade de abertura de adidância militar junto à Embaixada em Adis Abeba (vide, igualmente, item adiante referente à União Africana/Relações com o Brasil). A Embaixada da Etiópia junto ao Governo brasileiro tem sede em Washington, D.C.

As relações bilaterais ainda se encontram aquém da relevância dos dois países, havendo espaço para adensamento da parceria tanto no plano bilateral como no multilateral, tendo em vista a existência de posições coincidentes dos dois países na esfera internacional em temas como comércio e meio ambiente, entre outros.

As visitas entre autoridades dos dois países foram esparsas no passado, cabendo ressaltar a do Imperador Hailé Sélassié em 1960, durante o Governo do Presidente Juscelino Kubitschek. Em julho de 2004, a Subsecretária-Geral Política e o Diretor do Departamento da África do Itamaraty estiveram em Adis Abeba, onde se entrevistaram com o Vice-Chanceler e alguns diretores da Chancelaria etíope. Na ocasião, foi assinalado, por parte dos anfitriões, o interesse da Etiópia em desenvolver cooperação com o Brasil.

No intuito de impulsionar o diálogo político e a cooperação bilateral, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, efetuou visita de trabalho a Adis Abeba em março de 2005, acompanhado de delegação integrada por representantes do Ministério da Saúde, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do setor privado brasileiro. Durante sua estada, o Ministro Celso Amorim manteve audiências com seu homólogo etíope, Seyoum Mesfin, com o então Presidente da Comissão da União Africana, Alpha Oumar Konaré, e com o Secretário-Executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (que igualmente tem sua sede em Adis Abeba). Além dos contatos promissores em matéria de cooperação econômica, técnica e cultural que os demais componentes da comitiva brasileira mantiveram com seus interlocutores etíopes, firmou-se, na ocasião, protocolo de intenções na área de saúde.

Em novembro de 2007, o Subsecretário-Geral Político II, Embaixador Roberto Jaguaribe, realizou visita à Etiópia, onde manteve encontro com o Vice-Ministro etíope dos Negócios Estrangeiros, Tekeda Alemu, com quem trocou impressões sobre temas políticos regionais e discutiu meios para fortalecer as relações bilaterais, enfatizando, a respeito, a importância atribuída pelo Brasil à negociação em curso, iniciada em 2006, do Acordo Quadro de Cooperação Técnica entre os dois países, o qual permitirá desenvolver cooperação bilateral em áreas de interesse mútuo. Na mesma ocasião, o Embaixador Jaguaribe também manteve encontro com altas autoridades da União Africana (UA), na sede do órgão em Adis Abeba (vide, adiante, item referente à União Africana/Relações com o Brasil).

COMÉRCIO BILATERAL

No tocante ao intercâmbio comercial, dados relativos a 2008 indicam que as exportações brasileiras para a Etiópia alcançaram cerca de US\$ 32 milhões, ao passo que as importações foram da ordem de apenas US\$ 30 mil. Os principais produtos exportados pelo Brasil são açúcar (que corresponde a 70% das exportações brasileiras) e produtos manufaturados, como tratores e componentes automotivos. As importações procedentes da Etiópia, bastante irregulares ao longo do tempo, são compostas basicamente de gomas e extratos de origem vegetal.

UNIÃO AFRICANA (UA)

Dados Básicos	
PAÍSES MEMBROS:	Todos os países africanos, excetuando o Marrocos, mas incluindo a República Árabe Saaraui (Saara Ocidental).
SEDE:	Adis Abeba, Etiópia.
ÁREA TOTAL:	29,76 milhões de km ²
POPULAÇÃO TOTAL:	850 milhões
IDIOMAS OFICIAIS:	Árabe, Francês, Português, Inglês.
PRESIDENTE (de turno anual):	Presidente Muammar Kaddafi (Líbia), desde janeiro/2009
PRESIDENTE DA COMISSÃO:	Jean Ping (Gabão) (Fev/2008)
PIB TOTAL (2007 – BANCO MUNDIAL):	US\$ 514 bilhões (nominal); US\$ 1,5 trilhão (PPP)

VISITAS E ENCONTROS (desde 2003):	Visita ao Brasil do então Presidente da Comissão da UA, Alpha Oumar Konaré, em fevereiro/2007.
-----------------------------------	--

Geral

Em setembro de 1999, os Chefes de Estado e de Governo da antiga Organização da Unidade Africana (OUA) adotaram a Declaração de Sirte, em que propuseram o estabelecimento da União Africana (UA). Em julho de 2002, foi criada a UA, com sede em Adis Abeba, capital da Etiópia.

A Conferência (ou Assembléia) da União Africana é seu órgão de Cúpula, que reúne a cada semestre, alternadamente, em Adis Abeba e em outra capital africana, os Chefes de Estado e de Governo dos países-membros da UA, sob a Presidência de turno anual. A implementação das decisões e políticas da Conferência é atribuição do Conselho Executivo (integrado pelos Ministros de Relações Exteriores), do Comitê de Representantes Permanentes e dos Comitês Técnicos Especializados. A Comissão da UA é o Secretariado da organização e é composta por Presidente, Vice-Presidente e oito Comissários responsáveis pelos seguintes temas: Paz e Segurança; Assuntos Políticos; Infraestrutura e Energia; Assuntos Sociais; Recursos Humanos; Ciência e Tecnologia; Comércio e Indústria; Economia Rural e Agricultura. A estrutura da UA conta ainda com o Conselho de Paz e de Segurança, a Corte de Justiça, o Parlamento Pan-Africano e o Conselho Econômico, Social e Cultural.

De 1º a 3 de julho corrente, realizou-se em Sirte, na Líbia, a XIII Cúpula da UA, em cuja abertura o Presidente Lula proferiu discurso como convidado de honra (vide item seguinte). Dentre os avanços obtidos na mencionada Cúpula destaca-se a decisão de se criar a Autoridade Africana, órgão supranacional que terá, entre outros objetivos, o de coordenar políticas de interesse comum dos países-membros da UA em temas de defesa, em relações internacionais e em assuntos econômicos. Após efetuadas as emendas pertinentes ao ato constitutivo da UA, a serem ratificadas pelos Estados-membros, o novo órgão substituirá a Comissão da UA e passará a contar com Secretários no lugar dos Comissários, cujas competências temáticas serão adaptadas às novas competências.

Relações com o Brasil

Como país de fora da África, o Brasil recebe a qualificação de “Estado não-africano credenciado” ante a UA, o que equivale à categoria de observador. Com a reabertura da Embaixada em Adis Abeba, em 2005, o relacionamento do Brasil com a UA passou a

intensificar-se progressivamente. Desde 2006, encontra-se sob exame a possibilidade de abertura de adidância militar brasileira junto àquela Embaixada, com o objetivo de fortalecer a cooperação do Brasil não somente com a Etiópia, mas sobretudo com a UA na área de Missões de Paz na África, servindo de plataforma de lançamento para novas iniciativas e projetos.

Em fevereiro de 2007, o então Presidente da Comissão da UA, Alpha Oumar Konaré (ex-Presidente do Mali), realizou visita ao Brasil, ocasião em que manteve encontro com o Presidente Lula e com o Ministro Celso Amorim, quando trataram de diferentes temas de interesse de ambos os lados, como a prioridade atribuída à África pela política externa brasileira; a iniciativa da Cúpula América do Sul-África (ASA); a importância do processo de integração regional que se desenvolve na África e na América do Sul; e o potencial da cooperação que o Brasil deseja estabelecer com os países africanos, por intermédio da UA, no campo dos biocombustíveis. Além da programação em Brasília, onde foi assinado o Acordo Quadro de Cooperação Técnica Brasil-UA, a autoridade africana visitou a Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.

Em novembro de 2007, o Subsecretário-Geral Político II, Embaixador Roberto Jaguaribe, efetuou visita a Adis Abeba, ocasião em que se avistou com altas autoridades da UA, incluindo o Presidente Konaré, dando seguimento às conversações mantidas durante a sua visita ao Brasil, em fevereiro de 2007, e explorando outros temas de interesse mútuo, como a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas; o seguimento da Cúpula ASA; o processo de integração africana por meio de seus diferentes organismos regionais; e as iniciativas de cooperação técnica entre o Brasil e diversos países africanos, notadamente, nas áreas de agricultura e saúde, no contexto da prioridade brasileira atribuída à cooperação Sul-Sul.

Ao visitar Brasília, em meados de novembro de 2008, a Chefe da Missão da UA em Washington, Embaixadora Amina S. Ali, manteve encontros junto ao Governo brasileiro, com vistas a fortalecer as relações do órgão com o Brasil, e anunciou a intenção da UA de abrir representação na capital brasileira, talvez em 2009. No final de novembro de 2008, o Ministro Celso Amorim avistou-se com o atual Presidente da Comissão da UA, o gabonês Jean Ping (à margem de reunião da ONU em Doha), quando foi acertado que o Presidente Lula compareceria à Cúpula seguinte da UA.

Em 01/07/2009, o mandatário brasileiro viajou à Líbia para participar, em Sirte, como convidado de honra da abertura da XIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da UA, cujo tema central foi “Investindo em Agricultura para o Crescimento Econômico e a Segurança Alimentar.” O discurso do Presidente Lula no evento enfatizou o combate à fome e à pobreza, a segurança alimentar, a importância da cooperação Sul-Sul e o papel da UA na promoção da paz e da democracia na África. Ressaltou, ainda, a expectativa do Brasil de poder contar, em breve, com representação da UA em Brasília. Em suas palavras de saudação ao convidado de honra, o anfitrião Muammar Khaddafi, Líder da Líbia e Presidente de turno da UA, mencionou as conquistas do Governo brasileiro nos campos econômico e social e apoiou a proposta do Presidente Lula de reunir no Brasil, ainda em 2009, os Ministros da Agricultura da África e da América do Sul. À margem da Cúpula de Sirte, foram assinados três Ajustes Complementares ao Acordo Quadro de Cooperação Técnica Brasil-UA: o primeiro estende a outros países-membros da UA a experiência da fazenda-modelo de algodão, montada pelo Brasil no Mali; o segundo versa sobre desenvolvimento social, incluindo diferentes campos (como saúde, cultura, esportes e proteção social); e o terceiro trata de cooperação agrícola em áreas como capacitação de pequenos agricultores e técnicas de comercialização e acesso a mercados.

DAF-III/15.07.09

Aviso nº 684 - C. Civil.

Em 9 de setembro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia.

Atenciosamente,



ERENICE GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, Interina

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE
1988**

Seção IV
DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
IV - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

.....
Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

§ 1º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática efetiva, poderá ser cumulativamente acreditado Chefe de Missão Diplomática Permanente residente em outro Estado, mantendo-se, nessa eventualidade, a sede primitiva.

§ 2º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática residente ou cumulativa, poderá ser excepcionalmente acreditado como Chefe de Missão Diplomática Ministro de Primeira Classe ou Ministro de Segunda Classe, nos termos do art. 46 desta Lei, lotado na Secretaria de Estado.

§ 3º Excepcionalmente e a critério da administração, o Ministro de Primeira Classe, em exercício na Secretaria de Estado, poderá ser designado como Embaixador Extraordinário para o tratamento de assuntos relevantes para a política externa brasileira.

.....
(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF 16/09/2009.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:16343/2009